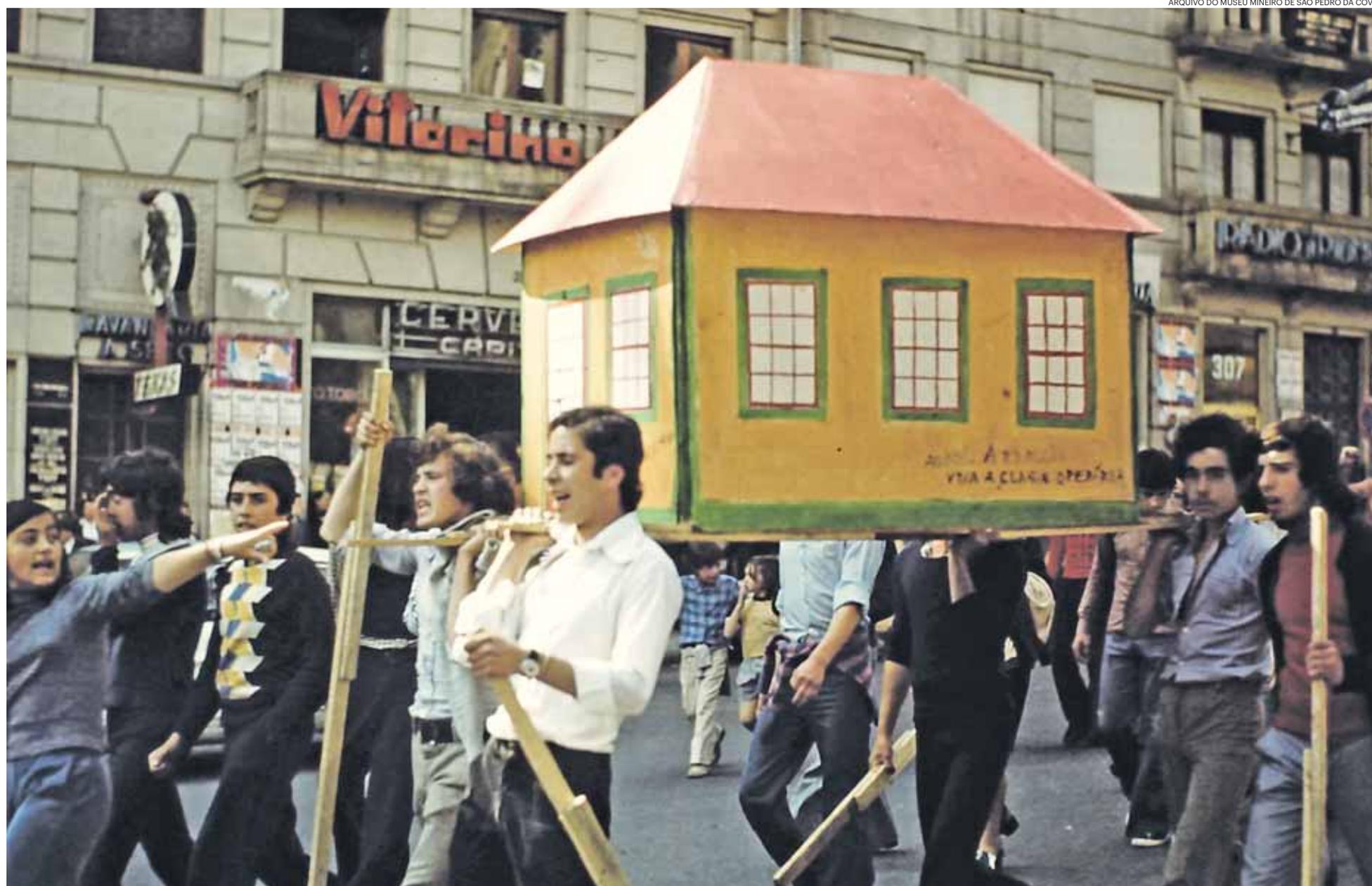


O SAAL foi uma experiência irrepetível mas poderia dar lições ao presente

Habituação

ALBANO PEREIRA (DO LIVRO CIDADE PARTICIPADA: ARQUITECTURA E DEMOCRACIA - ALGARVE)





Reportagem Os Índios da Meia Praia, em Lagos; o Lupeca, em Carnaxide; o Bela Vista, em São Pedro da Cova. Três bairros e três comunidades que testemunham, em diferentes regiões do país, os resultados do Serviço Ambulatório de Alojamento Local, criado a seguir ao 25 de Abril. Cinquenta anos depois, o P2 visitou esses lugares, guiado por quem os viu crescer

Por **Sérgio C. Andrade** texto e **Nelson Garrido** fotografia

Dessa tarde soalheira de final de Junho, não nos saem da cabeça os versos de José Afonso na canção Os Índios da Meia Praia – “Eu daqui vivo não saía/ Pois nada apaga a nobreza/ dos Índios da Meia Praia...” – nem, por arrasto, uma das sequências iniciais do filme de António da Cunha Telles, Continuar a Viver (1976), em que a população de pescadores e suas famílias mudam a cabana de madeira de sítio para dar lugar aos alicerces de uma nova casa.

Estávamos na Meia Praia, em Lagos, a conhecer de perto a geografia e o estado actual do Bairro do Apeadeiro, o caso mais

mediatizado, no sul do país, do programa SAAL (Serviço Ambulatório de Alojamento Local), a “revolucionária” experiência de construção de habitação social no imediato pós-25 de Abril de 1974.

A caminho do Algarve, tínhamos parado em Carnaxide, concelho de Oeiras, para ver como se mora e vive, hoje, no Bairro Luta pela Casa (também conhecido como Lupeca). Era o mês dos Santos Populares, e na praça central do bairro, em volta de um respiradouro do Aqueduto das Águas Livres – curiosamente, no enfiamento da Rua José Afonso! –, mantinham-se ainda os balões, as bancas e o palco de festa que a população local continua a cultivar, mesmo tendo, entretanto, deixado de fazer as marchas de São João.

Bem mais a norte, em São Pedro da Cova, concelho de Gondomar, subimos ao Museu Mineiro para, daí, ver em panorâmica a “favela” do Bairro da Bela Vista e depois aproximarmo-nos da estação mineira em ruína em volta do cavalete, a estrutura elevatória de entrada na jazida de carvão que, durante 75 anos, deu trabalho a mais de um milhar de famílias. Escolhemos estes três lugares, deliberadamente fora dos casos mais conhecidos do Porto e de Lisboa, para assinalar, na sua especificidade e diferença, os 50 anos do SAAL. O programa foi lançado, no tempo do 2.º Governo Provisório pós-Revolução dos Cravos, presidido por Vasco Gonçalves, entre o final de Julho e o início de Agosto de 1974: a 31 de

Julho, um despacho conjunto dos ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e Ambiente, assinado pelo secretário de Estado Nuno Portas, arquitecto, cria oficialmente o SAAL; a 6 de Agosto, é publicado no *Diário do Governo*.

Um país sem casas

Dava-se início a um processo político, com suporte governamental, de aposta na habitação social que, espalhado por diferentes regiões do país, permitisse minorar a situação degradante em que viviam as populações mais desfavorecidas: em 1974, Portugal apresentava um défice de 600 mil alojamentos e 25% da população vivia sem condições →

mínimas de habitabilidade, segundo o testemunho do coronel José Baptista Alves, que em 1975/76 dirigiu a comissão nacional do Serviço.

“O SAAL foi um processo complexo, que, na sequência da Revolução, resultou, em primeiro lugar, da reflexão que, desde anos anteriores, muitos arquitectos vinham já fazendo sobre a situação habitacional do país”, diz ao P2 José António Bandeirinha, arquitecto e professor catedrático da Universidade de Coimbra, que fez do processo SAAL o tema da sua tese de doutoramento.

A socióloga Ana Drago reforça esta ideia de, já no tempo do marcelismo, ter havido “alguma tentativa de criação de um Estado Social respondendo à questão da habitação com algumas equipas técnicas”, envolvendo figuras que, na senda do catolicismo progressista, acabaram por delinear princípios de cidadania que, “logo após o golpe de Abril, iria dar origem a movimentos espontâneos de ocupações”.

Bandeirinha realça depois o papel determinante do arquitecto Nuno Portas, que pensou e desenhou o SAAL como “um processo orgânico, maleável”, que se adaptasse à situação do país, numa altura em que tudo podia ainda acontecer. “Estávamos em Agosto de 74 e o país podia ser tudo: podia ser a guerra civil, podia caminhar para um socialismo à moda da Europa do Leste, podia ser uma democracia liberal, como acabou por ser”, recorda o autor de *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (2007).

Sumariado em apenas duas páginas do *Diário do Governo*, o despacho elaborado por Nuno Portas decretava que, “em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações (...), está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado, designado por ‘Serviço de Apoio Ambulatório Local’ (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários”.

Remetia-se assim para as próprias populações, obrigatoriamente organizadas em associações de moradores, e ligadas a um corpo técnico de arquitectos, mas envolvendo também engenheiros, economistas, sociólogos e assistentes sociais, o acompanhamento do processo.

José António Bandeirinha chama ainda a atenção para a importância daquilo que

Nuno Portas definiu como “a organização social da procura”, ou seja: “Os trabalhadores e moradores não podiam chegar lá e dizer ‘queremos uma casa e pronto’.” O programa era delineado para que “eles se envolvessem na definição e na construção das casas, como comunidade, associando-se, falando e discutindo com os arquitectos”, nota o investigador.

Um momento único

Alexandre Alves Costa valoriza também a participação efectiva dos moradores – e em especial das mulheres – num processo que considera “irrepetível”. “Aconteceu num momento em que o movimento dos trabalhadores ganhou autonomamente uma importância muito grande, tanto do ponto de vista político como pelo carácter das reivindicações”, diz este arquitecto e historiador da arquitectura, que foi o coordenador do SAAL/Norte. “Foi um momento único, também para nós, arquitectos, de procura colectiva de uma metodologia de trabalho que incluísse a participação dos moradores.”

E foi isso que aconteceu no tempo escasso dos pouco mais de dois anos que durou o SAAL.

Organizadas em brigadas técnicas e unidades operacionais, moradores e arquitectos (incluindo aqui inúmeros estudantes da disciplina nas escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto) espalharam-se pelo país a fazer o levantamento das necessidades existentes e das situações mais prementes. Do Grande Porto ao Alentejo, de Santarém a Oeiras, de Lisboa ao Algarve, as equipas do SAAL lançaram 246 pedidos de intervenção e 170 operações, envolvendo 41.665 famílias, entre o Verão de 1974 e o Outono de 1976 – dados do *Livro Branco do SAAL*, publicado no final de 1976.

Algumas operações arrancaram ainda em 1974, como aconteceu no Porto e em Lisboa; outras, durante os dois anos a seguir. Até que, subitamente, no dia 27 de Outubro de 1976, o 1.º Governo Constitucional, de Mário Soares, assina o despacho de extinção do SAAL, passando as competências da continuação dos projectos para as autarquias respectivas.

O arquitecto Manuel Correia Fernandes lembra que “depois de uma experiência muito intensa, o SAAL foi decapitado e assassinado, quando se encontrava em pleno desenvolvimento”. E leu essa decisão como “uma questão eminentemente política”, que acompanhou o próprio



Cronologia

1974

5 de Julho de 1974

A Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU — 1.º Governo Provisório), dirigida pelo arquitecto Nuno Portas, lança programa de acções prioritárias para a habitação, que resultará na criação do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)

31 de Julho Despacho conjunto dos ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e Ambiente cria oficialmente o SAAL

6 de Agosto A criação do SAAL é publicada no *Diário do Governo*

16 de Agosto Reunião dos delegados do SAAL com o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e com a SEHU para a organização e calendário do Serviço

Setembro Início do trabalho de brigadas técnicas no Porto, Lisboa, Loures e Setúbal;

5 de Outubro Realiza-se o primeiro Seminário SAAL, em Lisboa

24 de Outubro Início do trabalho da Brigada Técnica de São Pedro da Cova

16 de Novembro Realiza-se o plenário dos trabalhadores do SAAL no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, com a presença de Nuno Portas e do arquitecto inglês John Turner

30 de Novembro Manifestação de moradores pelo direito à habitação no Terreiro da Sé do Porto e invasão da Câmara Municipal

2 de Dezembro Primeiro plenário das comissões de moradores ligadas ao SAAL na Escola de Belas-Artes do Porto

1975

31 de Janeiro Início do trabalho da brigada técnica da Meia Praia/ Apeadeiro, em Lagos

26 de Março Exoneração de Nuno Portas, na sequência da tomada de posse do 4.º Governo Provisório (é substituído)



movimento de institucionalização do país no rescaldo do 25 de Novembro de 1975.

Das várias operações lançadas, algumas ficaram no papel, outras avançaram no terreno, outras ainda decorreram à medida e à velocidade das respectivas autarquias. Mas das experiências vividas (com ou sem conclusão das obras), emergiram os nomes de alguns arquitectos em diferentes lugares do país – como Álvaro Siza, no Porto, com o icónico Bairro da Bouça (cujo projecto vinha de antes do 25 de Abril, mas a conclusão acabaria por ter de esperar pelo novo milénio) e o de São Victor; Raul Hestnes Ferreira, em Lisboa, com as quintas das Fonecas e da Calçada; Gonçalo Byrne, em Setúbal, com o Casal das Figueiras; ou José Veloso, no Algarve, particularmente em Lagos, com os bairros da Meia Praia.

“Pensámos que era uma brincadeira”

E é na Meia Praia que nos encontramos de novo, a ser guiados por Miguel Veloso – que nos facultou documentos e memórias do trabalho aí realizado pelo seu pai, José Veloso, que morreu em Janeiro, aos 93 anos –; pelo arquitecto Miguel Reimão Costa, co-autor, com Ana Alves Costa, do volume da colecção *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia relativo ao Algarve* (ed. Tinta-da-China, 2022); e também por Fernando Foinha, morador, pescador reformado e uma espécie de decano da comunidade local.

Chamando-nos para o interior da sua casa de paredes brancas e janelas verdes, Fernando, 81 anos, começa por responder a uma pergunta sobre a participação no filme de Cunha Telles *Os Índios da Meia Praia*, que, no Verão de 1975, registou a população local em plena azáfama do SAAL.

“Em 1975, nós já éramos aqui perto de 40 famílias. Um dia, chegou aqui uma rapaziada com o arquitecto Veloso a perguntar: ‘Vocês não querem ter uma casa própria?’ Quem é que não queria! Pensámos que era uma brincadeira, mas depois começámos a acreditar e arrancámos”, diz o pescador a recordar como começou a aventura da construção das quatro dezenas de casas térreas para este bairro junto ao mar.

Fernando chegara à Meia Praia no início dos anos 50, com os pais e três dos quatro irmãos, vindos de Olhão. Porquê uma deslocação de quase 100 quilómetros para o mesmo litoral algarvio? “Porque aqui havia mais peixe e de mais valor; apanhavam-se douradas, robalos e

Bairro Meia Praia/ /Apeadeiro, Lagos

Associação de Moradores 25 de Abril

Projecto: Arq.º José Veloso
41 fogos (1975-1978)

“Eram mulheres e crianças
Cada um com seu tijolo
Isto aqui era uma orquestra
Quem diz o contrário é tolo.”
(Excerto da canção *Os índios da Meia-Praia*, de José Afonso, do álbum *Com as Minhas Tamanquinhas*, 1976)



peixe-espada mesmo junto à costa, pela arte xávega”, responde o antigo pescador, rodeado por dezenas de miniaturas de embarcações que o próprio construindo, desde uma réplica, em cortiça, da caravela “Boa Esperança”, até aos pequenos barcos da arte xávega, e que já mostrou em exposições em Lagos.

No início, a migração acontecia apenas durante um par de meses no ano, após os quais a família regressava ao Olhão natal. Com o tempo, acabaram por ficar, acomodando-se em barracas de madeira e capim, que os próprios pescadores montavam no areal – é do formato cónico dessas habitações rudimentares que vem o nome “Índios da Meia Praia”, explica

Luta pela casa

Em cima, autocolantes a favor da habitação social no pós-25 de Abril; à dir., Custódia Espada, nascida na Meia Praia, lamenta o papel minorizado das mulheres hoje na gestão dos problemas do bairro do Apeadeiro. Ao lado, o casal Vítor e Fátima Pinheiro em pose à entrada da sua casa no Bairro Luta pela Casa, em Carnaxide

Fernando.

A sequência do filme de Cunha Telles com a população a deslocar uma dessas barracas ficou como símbolo do SAAL algarvio, mas também, de algum modo, a nível nacional (veja-se, a propósito, o trabalho que a artista plástica Ângela Ferreira vem dedicando ao tema).

Recordando o filme – onde ele próprio aparece –, Fernando Foinha diz que “toda gente participou, pais e filhos”. “Tivemos de tirar a barraca daquele lugar para ficar livre para uma casa nova. Tivemos ajuda do Governo, com tijolos e cimento, e ao fim-de-semana, quando vínhamos do mar, mesmo cansados, íamos ainda dar uma mão. Assim, em vez de demorar dois anos, demorou só um a construir”.

Miguel Veloso, que no 25 de Abril contava 18 anos, acompanhou o trabalho do pai nas operações SAAL em Lagos. “A equipa de apoio local começou a mexer em Setembro; eu vinha cá, ajudava, e comecei a fotografar e a filmar em Super-8”, diz, lamentando que o filme que fez sobre a Meia Praia tenha desaparecido, como outros documentos do atelier do seu pai, arquitecto. Mas conseguiu salvar o arquivo de José Veloso, e é com ele que vem documentando a importância do SAAL em palestras e exposições pelo país.

Um projecto fundacional

Miguel Reimão Costa diz que a Meia Praia – que, além do Bairro do Apeadeiro/25 de Abril, inclui, algumas centenas de metros a oeste, o bairro de 16 fogos da Duna/1.º de Maio – “é um projecto fundamental, quase fundacional, já que vem definir o modelo de construção com aspectos decisivos”, como a já citada “organização social da procura”, com os projectos a “serem definidos a partir das associações de moradores, sempre de baixo para cima, em colaboração directa com os arquitectos e as equipas técnicas”.

O arquitecto e investigador realça ainda o carácter evolutivo do desenho original de José Veloso, aberto para acolher o aumento das famílias numa “comunidade e território muito fechados e pouco receptivos a pessoas vindas de outros contextos”.

O Bairro do Apeadeiro, inicialmente constituído por 41 fogos, apresenta hoje já meia centena, onde habitam 390 pessoas – “mas é tudo família, já que todos os habitantes são descendentes dos moradores iniciais”, confirma ao P2 José Manuel Bartolomeu, presidente da Associação de Moradores. →

na pasta da habitação e urbanismo por Eduardo Pereira)

5 de Abril Plenário do SAAL/Norte no Palácio de Cristal, seguido de manifestação frente ao Quartel-General do Porto

7 de Abril Intercomissão de Lisboa do SAAL entrega ao Governo um caderno reivindicativo, em que recusa a autoconstrução

24 a 26 de Maio Seminário do SAAL na

Escola de Belas-Artes do Porto

1 de Junho Plenário reúne cerca de 3000 pessoas em São Pedro da Cova, segue-se a criação do Centro Revolucionário Mineiro

28 de Junho Reunião no Porto para a criação de uma estrutura orgânica nacional para o SAAL

1 de Outubro 1.º Conselho Nacional do SAAL, em Lisboa

11 e 12 de Dezembro 2.º Conselho

Nacional do SAAL, no Porto, sendo o serviço dirigido pelo major José Manuel Baptista Alves

14 de Janeiro atentado à bomba contra o SAAL-Norte (1975)

1976

8 de Abril Proposta a integração dos trabalhadores do SAAL na função pública

25 de Outubro 6.º Conselho Nacional do SAAL, em Lisboa, aprova bases para a definição do programa

27 de Outubro Despacho governamental extingue o SAAL, enquanto serviço do FFH

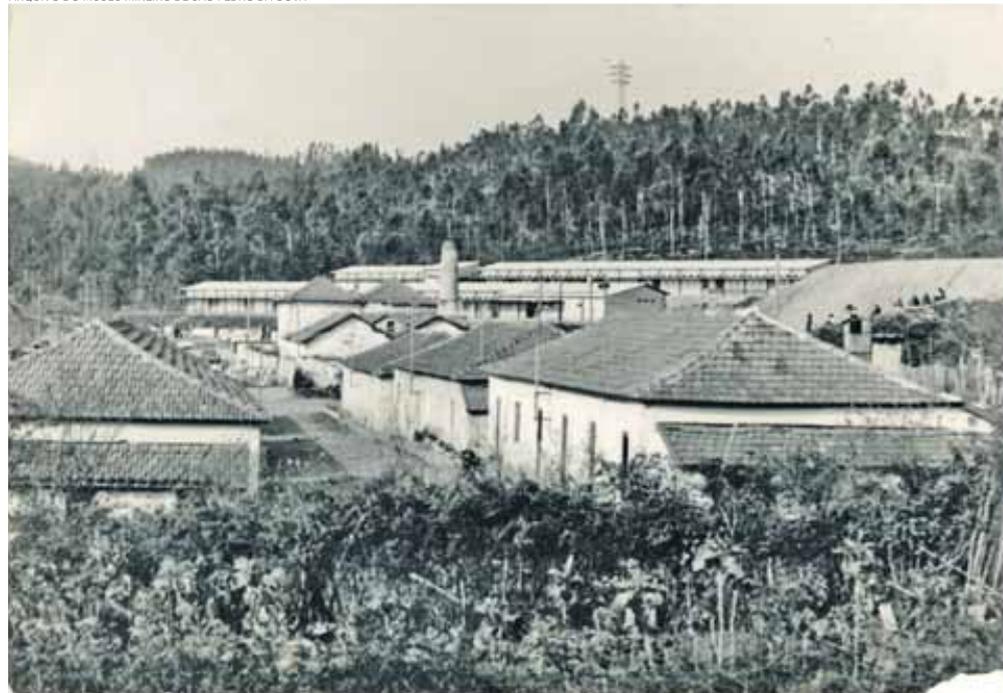
3 de Novembro Segunda sessão do 6.º Conselho Nacional decide elaborar o Livro Branco do SAAL e várias exposições sobre o programa

13 de Novembro Manifestação nacional em Lisboa contra a extinção do SAAL

Fonte: O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, de José António Bandeirinha. Coimbra, 2007



ARQUIVO DO MUSEU MINEIRO DE SÃO PEDRO DA COVA



Os pescadores e moradores vivem, contudo, e desde há praticamente cinco décadas, confrontados com um problema de legalidade: são os donos das casas, mas não dos terrenos, cuja propriedade formal é ainda hoje tema de controvérsia.

Situado a sul do caminho-de-ferro, em terreno arenoso contíguo à praia, o bairro foi já objecto de uma declaração de utilidade pública, atesta Miguel Veloso, mostrando um documento oficial. Mas a Câmara Municipal de Lagos não tratou, em tempo útil, da respectiva tomada de posse. Em contrapartida, aprovou em 2007 um Plano de Urbanização da Meia Praia proposto pela empresa Palmares Golfe (detentora de um campo desportivo de grandes dimensões nos terrenos em volta) e que aponta para o desmantelamento do bairro.

José Manuel Bartolomeu confirma que “o direito de superfície está complicado” e que tanto a autarquia como a Agência Portuguesa do Ambiente “têm andado a passar a batata quente de uns para os outros”. Mas diz acreditar que “o presidente da câmara está a trabalhar no assunto” e que tudo será devidamente legalizado.

Sentada no Café Larita, à entrada do bairro, Custódia Espada, nascida na Meia Praia há 57 anos, afiança que se fossem as mulheres a decidir, já a questão estaria resolvida. “Enquanto não houver alguém que bata o pé e diga ‘Não, esta gente tem direito à terra, à dignidade, àquilo que é nosso por direito’, isto vai prolongar-se.” E a sua irmã, Maria, de 54 anos, sintetiza o sentir da população: “Daqui ninguém sai; nasci aqui e hei-de morrer aqui.”

“Luta pela casa” bem-sucedida

Situação bem diversa é a do Bairro Luta pela Casa (Lupeca), em Carnaxide, arredores de Lisboa, em que a questão da propriedade foi resolvida pela Câmara Municipal de Oeiras em devido tempo, quando a autarquia assumiu a continuidade das operações SAAL, e as expropriações, a seguir à extinção do programa.

“Uma particularidade interessante do SAAL em Oeiras foi a câmara ter integrado nos seus quadros a maioria dos técnicos, o que fez com que a construção dos bairros



Bairro Luta pela Casa, Carnaxide, Oeiras

Associação Luta pela Casa (Lupeca)

Projecto: Arq.º Manuel Madrugada
100 fogos (1975-1985)

“Se queres entrar em folia
Traz um arco e um balão
Vem cantar com a Lupeca
Na noite de São João.”
(Excerto da *Marcha de Carnaxide*)



não tivesse sido interrompida”, explica ao P2 Ricardo Santos, arquitecto e investigador, autor da edição da *Tinta-da-China* (2016) dedicada ao SAAL naquele concelho – que em 1974 era uma das maiores freguesias do país, com cerca de 40 mil pessoas a viver em barracas.

Foi, de resto, Ricardo Santos quem sugeriu a visita a este bairro, que ele próprio guiou. Trata-se de um conglomerado de uma centena de fogos reunidos em cinco blocos de habitações em dois pisos construídas entre 1974 e 1985 e projectadas pelo arquitecto Manuel Madrugada.

O projecto deste bairro, erigido numa antiga propriedade rural, a Quinta do Morval, é, no contexto de Oeiras, “aquele que apresenta uma ideia mais forte e uma proposta mais clara sobre a construção e o desenvolvimento da cidade”, escreve Ricardo Santos no livro citado.

Ao P2, Manuel Madrugada – que começa por dizer ter vivido aí “a experiência mais fascinante” da sua vida profissional – recorda que foi “a ideia da participação, da agregação dos sócios da Associação Lupeca”, que presidiu ao desenho do empreendimento.

“Na altura, devo dizer, não acreditei muito no futuro da associação, e achei que iria haver dificuldades, mas hoje até me comovo quando vejo no Facebook fotografias das festas e dos arraiais que eles promovem no bairro”, confessa o arquitecto, destacando o sentido gregário dessa vivência.

Outra marca do envolvimento dos moradores na história deste bairro em Carnaxide – paredes-meias com o do Aqueduto, construído posteriormente – foi terem sido eles a decidir a distribuição das casas em função das relações de vizinhança, como assinalou Paula Nel, presidente da associação de moradores, que actualmente conta 225 membros, em cerca de 300 moradores (mesmo se alguns dos sócios são de fora), a mostrar a continuada vitalidade da vida associativa local.

“Podemos ser nós a escolher os nossos vizinhos; e eu tive direito a um T3, apesar de, na altura, termos só um filho”, confirma Ângela Silva, abrindo a porta amarela da sua casa de rés-do-chão, com uma entrada ornada com inúmeros vasos e plantas.

“Vivo aqui há 39 anos, vim com o meu marido e o nosso filho ainda bebê de meses”, acrescenta Ângela, agora reformada e a viver só, trabalhando como cuidadora e membro da associação Lupeca – cuja sede, paredes-meias com o café e centro de convívio, ostenta o estandarte, uma fotografia com uma vista aérea do bairro recém-acabado, além de taças dos feitos desportivos e memórias das marchas populares que deixaram de se realizar há década e meia, mas que a presidente Paula Nel promete agora retomar.

“Agora já não temos as marchas, temos as sardinhas que o Isaltino [Morais, presidente da autarquia] nos oferece, mas que a gente acaba por pagar tudo no final”, ri-se Vítor Pinheiro, empresário reformado de 69 anos, nascido em Alcântara, filho de um varredor, e que viveu de perto todo o processo SAAL. “A seguir ao 25 de Abril, a primeira coisa que festejámos foi a liberdade. Depois, a malta começou a juntar-se e a acreditar que isto era um socialismo ‘à la’ qualquer coisa, e pronto; houve muitas lutas, mas conseguimos, e este bairro não tem nada a ver com os outros aqui em volta; e nós gostamos de viver aqui”, atesta Vítor.

Urbanizar em vez de construir

A norte, na vila de São Pedro da Cova, em Gondomar, são ainda bem notórias as marcas deixadas pela exploração centenária, abandonada no já distante ano de 1970, das minas de carvão que chegaram a empregar 1800 pessoas. São visíveis na ruína do cavelete que assinala a boca da mina, que chegava a descer aos 200 metros de profundidade, mas também na paisagem arquitectónica, ainda sobremaneira determinada pelos núcleos dos bairros mineiros dispersos pela freguesia.

Na história do SAAL, São Pedro da Cova foi um caso atípico, e bem diferente tanto do vizinho Porto como do resto do país. Manuel Correia Fernandes, que liderou a brigada para aí enviada, acompanhou o P2 numa visita que começou junto ao Museu Mineiro, de onde se tem uma panorâmica do Bairro da Bela Vista. “Este era, na altura, um bairro clandestino com mais de 900 casas, o maior que existia na terra, uma espécie de favela com o aspecto que tem



Portas e janelas

Em cima, da esq. para a dir., Fernando Foinha, pescador reformado na sua casa na Meia Praia; Bairro do Passal, em São Pedro da Cova; o arquitecto Manuel Correia Fernandes na ruína do que foi o escritório do SAAL, em São Pedro da Cova. Ao lado, Ângela Silva à porta da sua casa, em Carnaxide

hoje, mas bem mais primitivo”, diz o arquitecto.

No caderno de encargos da sua equipa, composta por mais de uma dezena de elementos, a maioria vindos da Escola de Belas-Artes do Porto, estava algo bem diferente do conjunto da dezena de operações iniciadas no concelho de Gondomar.

“Aqui não se tratava de construir casas, o desafio era diferente; era intervir no espaço público: iluminação, água canalizada, saneamento, recolha de lixo”, explica Correia Fernandes. E foi nisso que a sua equipa investiu em pouco mais de dois anos de trabalho aturado, durante o qual, além das infra-estruturas referidas, projectou uma urbanização de 200 novas casas de dois pisos para a Bela Vista, com o objectivo de “desdensificar a sobreocupação que então se verificava”, e que acabaria por ser aproveitado, mais tarde, mas com alterações notórias ao desenho original.

Mas se houve operação em que a acção das comissões de moradores associadas ao SAAL mais se interligou com o movimento revolucionário em curso, nesses dias quentes de 1975, foi em São Pedro da Cova.

“Aquilo não eram bairros, eram tugúrios feitos em madeira, chão térreo, com habitações quase minúsculas para, às vezes, três famílias, com a promiscuidade daí decorrente”, descreve Serafim Gesta, que na terra é sempre identificado como “Mazola” (por via da associação, na sua juventude, ao nome do jogador italiano da equipa “Grande Torino”).

“A vida em São Pedro da Cova, a nível dos bairros, tinha de ter uma intervenção urbanística superior, quer do ponto de vista técnico, quer até social e humano”,

acrescenta este filho de mineiros nascido em 1939, e que forjou o seu destino tornando-se homem de vários empregos, jornalista e escritor dedicado a eternizar a vida das suas gentes em dezenas de livros.

O momento alto da intercepção do SAAL com as aspirações por melhores condições de vida, numa população marcada pelo desemprego forçado pelo fecho das minas, aconteceu no dia 22 de Maio de 1975, quando a população ocupou os escritórios da Companhia Mineira e logo a seguir criou o Centro Revolucionário Mineiro.

Junto à ruína actual dessas instalações, Manuel Correia Fernandes recorda ter sido ali que a sua equipa instalou o *atelier*. “Com uma equipa de estudantes de Arquitectura, acompanhados por outros que já aqui trabalhavam para melhorar as condições de vida das populações, desenvolvemos uma militância que era simultaneamente profissional, disciplinar e política”, reconhece o arquitecto, lamentando, ainda hoje, que a súbita extinção do SAAL em Outubro de 1976 tenha feito com que esse trabalho não tivesse sido continuado.

O estado degradado em que se encontra hoje a estação mineira parece um símbolo da suspensão desse sonho. Jerónima Santos, professora aposentada e presidente da Liga de Amigos do Museu Mineiro, explica ao P2 que a ruína do lugar não resulta apenas da desatenção e da passagem do tempo, mas também porque os proprietários “venderam tudo o que era ferro a um sucateiro, criando este aspecto de território bombardeado”. A Câmara de Gondomar comprou a propriedade em leilão e admite – diz Jerónima – candidatá-la a fundos comunitários para a sua musealização.

Manuel Correia Fernandes diz preferir que ela “se mantenha, assim, uma bela ruína, do que uma imitação completamente deformada do que aí existiu”.

Lições do SAAL

Passados 50 anos, o que é que o SAAL pode ensinar, política, social e disciplinarmente, para fazer face à crise de habitação que afecta o país? – perguntámos aos nossos guias.

Se todos eles valorizam a participação e o envolvimento dos moradores e das populações no processo, Manuel Correia

Números

A té ao dia 27 de Outubro de 1976, segundo o Livro *Branco do SAAL*, tinham sido iniciadas **170** operações, das **246** intervenções pedidas no conjunto dos três anos, envolvendo **41.665** famílias.

Segundo os dados recolhidos pelo arquitecto e investigador Ricardo Santos, os números finais do Processo SAAL (numa recolha não exaustiva e apenas referente às regiões assinaladas) são os seguintes:

Porto

33 operações,
10 bairros construídos, **418** fogos

Lisboa

17 operações,
7 bairros construídos, **1467** fogos

Lores

12 operações,
4 bairros construídos, **482** fogos

Oeiras

9 operações,
3 bairros construídos, **386** fogos

Setúbal

6 operações,
5 bairros construídos, **676** fogos

Algarve

27 operações,
24 bairros construídos, **1228** fogos

Resultado global

104 operações,
53 bairros construídos, **4657** fogos

Bairro da Bela Vista, São Pedro da Cova, Gondomar

Associação de Moradores da Bela Vista

Projecto: Arq.º Manuel Correia Fernandes
200 fogos (não construído)

“Pobre mineiro, coitado,
Que alegria pode ter?
Sempre debaixo do chão,
Toda a vida até morrer.”
(Recolha de Serafim Gesta, “Mazola”)



Fernandes insiste na ideia de que a extinção do programa teve razões políticas, mas também que ele “foi vítima do seu próprio sucesso”, nomeadamente pela rapidez com que, nomeadamente no Porto, se começou a trabalhar, logo em 1974, em bairros como os de São Victor, Antas, Lapa ou Leal.

O arquitecto descreve o SAAL como “um eclipse”: um momento de convergência de vontade política, circunstâncias sociais e condições técnicas que dificilmente se repetirá. Mas reforça que “o problema da habitação é sempre uma questão de política”. Há 50 anos, foi possível juntar essas três vontades: o Estado central, as autarquias e as associações de moradores. E Correia Fernandes continua a defender que a boa solução passa sempre pela participação dos moradores da cidade.

O mesmo entendimento é expresso por Alexandre Alves Costa, para quem a participação comunitária é fundamental. “É preciso que se perceba que a cidade, tal como a conhecemos hoje, é constituída por gente que vive em comunidades, e é a partir delas, do seu conhecimento, da sua relação com o território e do seu direito ao lugar que qualquer política tem de ser pensada”, defende.

Já Ana Drago, com o distanciamento geracional e de historiadora, acha que “o SAAL é sempre muito romantizado”, mas reconhece que o capital principal dessa experiência foi ter permitido, no contexto do pós-25 de Abril, olhar para “a casa como pretexto para a participação, para a apropriação da cidade e do estatuto da cidadania democrática”.

A socióloga e co-autora do livro sobre o SAAL-Lisboa nota que, no tempo actual, a questão central é a do financiamento. “Ter um financiamento público que dê um período de carência é absolutamente determinante e, portanto, não há produção habitacional fora desta lógica mercantil se não houver um fortíssimo envolvimento do Estado.”

José António Bandeirinha alerta para a mesma questão, para aquilo a que chama a “financeirização” do tema da habitação: “O problema não são as casas, nem as pessoas terem casas, mas como é que vamos fazer com que esta crise habitacional leve a que as pessoas que não têm acesso ao mercado formal resolvam o problema no mercado informal e passem a ter acesso a elas através dos bancos, das hipotecas”, diz o arquitecto e professor, lembrando que este nunca foi o olhar do SAAL, e que o programa “não foi nenhuma loucura, e sempre cumpriu a lei”. Mesmo se “foi marcado por um certo realismo empírico”, como também refere Alves Costa.

Alertando igualmente para a necessidade de afastamento de uma visão mitificada do SAAL, Ricardo Santos lembra que “aquilo que foi criado como uma ideia de serviço transformou-se depois num processo”. Tratou-se de “algo maior do que um projecto, uma coisa que começava antes do desenho e terminava depois da obra com o acompanhamento dos moradores nesse percurso”, acrescenta o arquitecto, considerando que essa “ideia de processo e de trabalho continuado com os moradores foi uma aprendizagem que seria interessante pensar ainda hoje”. Para, de algum modo, aproveitarmos algo da lição desse “sonho possível nunca realizado”, como se lhe referiu o arquitecto Fernando Távora.